
3.4. Patrimônio Histórico e Cultural

O objetivo deste capítulo é avaliar o patrimônio histórico e cultural do Pólo Turístico Chapada Diamantina, no qual inserem-se as áreas e/ou edifícios isolados pertencentes à área objeto de estudo. Neste sentido, foram considerados como Patrimônio Histórico e Cultural os bens tombados ou não pelo órgão federal – único que conta com esta prerrogativa no Estado da Bahia, com significativa importância ou potencial para o desenvolvimento do turismo na área objeto de estudo.

Seguindo a recomendação do Termo de Referência, este capítulo está dividido em três partes, sendo que a concernente ao resgate das obras do PRODETUR/NE I, com avaliações das intervenções e ações realizadas naquele período foi suprimida, pois no Pólo Turístico Chapada Diamantina não houveram intervenções para a recuperação do patrimônio histórico e artístico financiadas pelo PRODETUR/NE I. Assim, inicia-se com a análise do patrimônio histórico-cultural, seguida do panorama sobre os programas e projetos que estão em andamento, finalizando-se com a conclusão, aonde definem-se recomendações para o tratamento dos problemas identificados.

O levantamento dos monumentos histórico-culturais foi realizado por meio do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, no acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e com visitas *in loco*.

É importante destacar-se que no Estado da Bahia não há instituições estaduais e/ou municipais com atribuições para o tombamento de bens históricos. Desta forma, somente o IPHAN, um órgão federal, realiza este tipo de ação nos municípios da área objeto de estudo.

Por fim, ressalta-se que o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia – IPAC, com recursos do Governo Estadual, produziu recentemente um CD-ROM com todo o inventário de proteção histórico-cultural do Estado. Para cada monumento é apresentado um diagnóstico com diversas informações, tais como: necessidades de restauro, grau de proteção, estado de conservação, histórico, descrição, etc. Algumas destas, porém, encontram-se desatualizadas, como a de conservação e necessidades de restauro que datam do período de 1972 a 1981. Assim, visando atender ao Termo de Referência e, sobretudo, contribuir para se atingirem os objetivos do PDITS, fez-se uma avaliação preliminar da situação atual do patrimônio histórico e artístico.

3.4.1. Diagnóstico do Patrimônio Histórico e Cultural

Para a elaboração deste item para o Pólo Turístico Chapada Diamantina, entendeu-se como ideal seguir os parâmetros indicados pelo IPHAN e pelas normas legais existentes sobre o patrimônio histórico e cultural. Estes distinguem o patrimônio em três categorias diferentes, quais sejam:

- a) Patrimônio Histórico e Artístico: conjunto dos bens móveis e imóveis cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Decreto Lei N^o 25 de 1937)
- b) Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos: (i) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico, a juízo da autoridade competente; (ii) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha; (iii) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento "estações" e "cerâmios", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico; e (iv) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios. (Lei N^o 3.924 de 1961)
- c) Bens Culturais de Natureza Imaterial: composto de conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (Decreto N^o 3.551 de 2000)

Para a elaboração das tabelas relativas ao Patrimônio Histórico e Artístico utilizaram-se somente os dados do CD-ROM produzido pelo IPAC, restringindo-se as informações para melhor atendimento ao Termo de Referência. Assim, esclarece-se que este Instituto considera monumento toda obra ou grupo de obras do homem, da pré-história à época atual, julgada testemunho de civilização ou de história, e como tal mereça proteção.

Como nome e época da construção utilizaram-se as informações fornecidas pelo IPAC sendo que, no segundo caso, indicou-se primeiramente o século correspondente em românico, seguido do período (I - Início; M - Meio; e F - Final).

Para a avaliação do estado de conservação o IPAC considerou à época do levantamento: A - como satisfatório, B - medíocre e C - ruim. Visando minimizar as possíveis mudanças ocorridas entre o período do levantamento realizado pelo Instituto e o atual, inseriu-se uma segunda avaliação, preliminar, realizada nas visitas de inventário ocorridas no primeiro semestre de 2002.

Por fim, o inventário realizado pelo IPAC indica o grau de proteção recomendada sujeito a quatro graus de proteção: os dois primeiros como proteção direta sobre o imóvel objeto do inventário ou sobre uma parte deste; o terceiro e o quarto como proteção de referência, em que interessa o imóvel só pela relação que este mantém, por sua situação particular, com um perímetro merecedor de proteção. Assim, GP-1 indica proteção direta, ou seja, monumentos que devem ser conservados integralmente; GP-2 aponta proteção direta, com monumentos que sofreram sucessivas transformações, muitas vezes impróprias, e só algumas partes justificam a proteção, enquanto o resto pode ser modificado sob o controle da autoridade competente; GP-3 proteção de referência, com edifícios que podem ser eventualmente demolidos e substituídos por novas construções, desde que estas não contrastem com o ambiente que as circunda; e GP-4, indicando proteção com referência, com edifícios cuja demolição seria auspiciosa, sem reconstrução, porquanto é reconhecido seu caráter de enxerto supérfluo.

Esclarece-se que os monumentos indicados com um asterisco (*) são tombados pelo IPHAN que vem adotando tal intervenção na região da Chapada Diamantina desde a década de 1950.

3.4.1.1. O Pólo Turístico Chapada Diamantina

Segundo o IPAC²⁰, a ocupação da região da Chapada Diamantina ocorreu de forma mais sistemática e abrangente com o advento do Ciclo da Mineração e do Garimpo que efetivou o processo de colonização do interior baiano a partir das descobertas de ouro na Bahia no século XVIII, nas cabeceiras do rio Itapicuru, em Jacobina. Neste período, destacavam-se as vilas de Jacobina e Minas de Rio de Contas, que estendiam sua influência muito além da Chapada Diamantina e Serra Geral. Em direção norte-sul, este território ia da altura do atual Município de Mirangaba até à fronteira Bahia-Minas; na direção transversal, desde o Rio São Francisco até 100 km da Costa. Rio de Contas, cujas lavras eram mais produtivas e que estava estrategicamente situada à margem do caminho que ligava o porto de Salvador aos sertões de Minas Gerais e Goiás, transformou-se rapidamente em uma verdadeira capital regional.

Ocorreu, na época, uma corrida sem precedentes para aquela região, despovoando-se os antigos centros de mineração aurífera baianos e diamantíferos mineiros. As lavras reproduziam-se por encanto, e não ficou leito de rio, córrego ou brejo da vertente oriental da Chapada Diamantina que não fosse escavado.

Este surto de mineração foi responsável pelo surgimento de uma nova geração de assentamentos humanos na região. De Mucugê, a lavra de diamantes expandiu-se para o sul, atingindo o Vale do Rio de Contas dando novo alento a vilas como Barra da Estiva, Rio de Contas e Caetitê, e para o norte, criando novas povoações como Xique-Xique (Igatú), Andaraí, e Lençóis entre outras, até atingir Morro do Chapéu, definindo-se, assim, a região que passou a ser conhecida como Chapada Diamantina. Em poucos meses, uma população de 25.000 pessoas afluiu para a região. A crise de moradia e a índole nômade dos garimpeiros fizeram com que grutas naturais fossem transformadas em habitação, e famílias inteiras vivessem, durante anos em barracas de pano.

²⁰ IPAC. *Inventário Cultural do Patrimônio Cultural da Bahia*. CD-Rom. 2002.

Mas enquanto o Ciclo Aurífero Baiano durou mais de cem anos, o Diamantífero se esgotou em um quarto de século. Já em 1871, a produção diamantífera entrou em decadência com a concorrência das jazidas sul-africanas, descobertas seis anos antes. O colapso da região não foi maior devido à repentina valorização do carbonado, ou vulgarmente conhecido “carbonato”, utilizado na fabricação de brocas para perfurar rochas. O início dos trabalhos do Canal do Panamá (1880) provocou uma grande demanda deste produto, fazendo seu preço quase se igualar ao do diamante. No entanto, alguns anos mais tarde, também esta fonte de renda deixou de existir e a região entrou num longo período de estagnação aonde a agricultura passou a ser a principal fonte de subsistência.

A civilização da mineração na Chapada Diamantina foi eminentemente urbana, com os novos assentamentos humanos surgindo da noite para o dia em zonas anteriormente desertas. Por não terem lançado suas raízes no campo, estes aglomerados se converteram em cidades fantasmas, no início do século XX, quando se esgotaram suas lavras.

O urbanismo destes núcleos, como é comum nas regiões mineiras de todo o mundo, é espontâneo com uma trama irregular de ruas estreitas e enladeiradas. Apenas uma cidade foge a este padrão, Rio de Contas, verdadeira “new town”, transferida para um novo sítio após vinte anos de criada como Vila. Ali, ruas, praças e lotes urbanos são amplos e de traçado razoavelmente regular.

Os sobrados surgiram no decorrer do século XIX, já denotando influências ora do Neo-Clássico ora do Neo-Gótico, que ali se difundiu muito cedo. Em muitos edifícios, uma fachada apresenta portas e janelas com arcos plenos e a outra em arcos abatidos e apontados. Muito frequentes na região, são também os vãos em forma de mitra, uma simplificação do arco ogival, que são encontrados também em Minas Gerais, especialmente em Ouro Preto e Diamantina.

O “status” social das residências se afirma não só pelas dimensões e número de pisos das mesmas, como pela decoração e materiais de revestimento. Residências mais ricas possuem pisos assoalhados sobre porões altos e forros de tábuas ou lona, janelas guarnecidas de treliças, vidros ou venezianas, e fachadas emolduradas por cunhais e frisos decorados. Casas modestas têm piso em lajota de barro cozido ou terra batida, janelas cegas, e não possuem forros nem decoração.

Da maior importância é a arquitetura vernácula da região, constituída por “locas” ou “tocas” e ranchos de alvenaria de pedra seca, recobertos por palha de pindoba. Estes dois tipos de habitação estão entre os mais primitivos existentes no país. O primeiro é um tipo de habitação rupestre do mesmo gênero das habitações trogloditas encontradas na Ásia, Europa e América do Norte, embora as encontradas na Chapada Diamantina datem da segunda metade do século passado. As “locas” ou “tocas” da região são grutas naturais com adições, transformadas em habitações temporárias, à margem dos garimpos. No Distrito de Igatu, Município de Andaraí, há porém exemplos de “tocas” urbanas, de utilização perene, ainda hoje ocupadas.

Para o IPAC, parte significativa do notável acervo arquitetônico da Chapada Diamantina está desprotegido. Muitos edifícios ruíram por abandono, como o mo-

numental Solar do Brejo, construído por Antonio Pinheiro Pinto, entre 1808 e 1812, em terras que pertenciam em 1755 ao familiar do Santo Ofício, Miguel Lourenço de Almeida. Com a decadência econômica e social de seus descendentes e sub-divisão das terras da antiga Fazenda Serra das Éguas, o Solar do Brejo desabou em 1949.

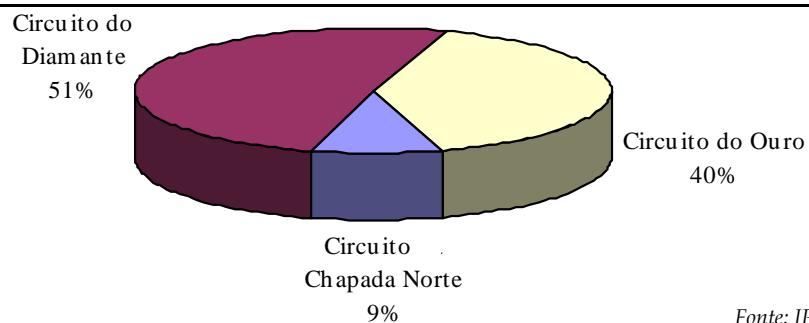
Outros edifícios foram demolidos, como o Sobrado da Prefeitura e algumas casas da Praça Horácio de Matos, em Lençóis, para dar lugar a edifícios públicos de arquitetura duvidosa. No Município de Livramento de Nossa Senhora a implantação de um grande projeto de irrigação ameaçava à época do inventário destruir excepcionais exemplares de casas geminadas de fazenda.

Tabela 3.4.1. Patrimônio histórico do Pólo Turístico Chapada Diamantina

Circuito	No. de Municípios com Monumentos	No. de Monumentos nos Municípios	Época	Condições			Estado Atual	Grau de Proteção Recomendado
				Estrutura Portante	Interior	Instalações e Serviços		
Circuito da Chapada Norte	2	10	XVIII - 4	A - 7	A - 1	A - 1	B - 1	Um - 8
			XIX - 5	B - 2	B - 8	B - 9	C - 2	Dois - 2
			XX - 1	C - 1	C - 1			
Circuito do Diamante	5	58	XVIII - 1	A - 29	A - 5	A - 5	A - 7	Um - 51
			XIX - 48	B - 22	B - 43	B - 25	B - 12	Dois - 7
			XX - 9	C - 2	C - 5	C - 22	C - 4	
Circuito do Ouro	6	46	XVIII - 6	A - 26	A - 7	A - 5	A - 10	Um - 39
			XIX - 37	B - 20	B - 36	B - 14	B - 6	Dois - 7
			XX - 3		C - 3	C - 27	C - 2	
TOTAL	13	114	XVIII - 11	A - 62	A - 13	A - 11	A - 17	Um - 98
			XIX - 90	B - 44	B - 87	B - 48	B - 19	Dois - 16
			XX - 13	C - 3	C - 9	C - 49	C - 8	

Fonte: IPAC, 2002

Gráfico 3.4.1. Porcentagem de monumentos nos Circuitos da Chapada Diamantina



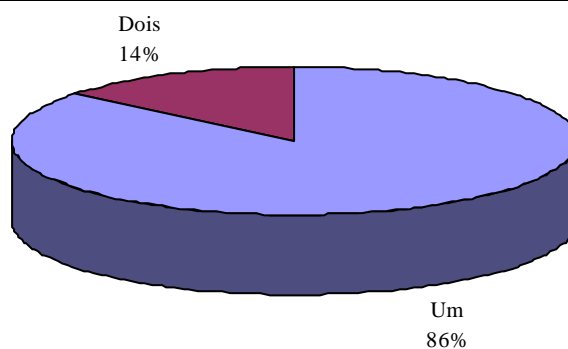
Fonte: IPAC, 2002

Dos 28 municípios pertencentes ao Pólo Turístico Chapada Diamantina, 13 (46%) apresentam um patrimônio histórico e cultural de significativa importância, totalizando 114 bens históricos e/ou culturais. Como pode-se visualizar no gráfico acima, os três circuitos avaliados apresentam características singulares e, neste sentido, vale se destacar os Circuitos do Diamante e do Ouro por contar com o patrimônio mais expressivo – o primeiro com 51% e o segundo com 40% do total, uma estrutura de recepção relativamente adequada e com um maior fluxo de turistas.

Do total de 114 bens históricos e culturais identificados pelo IPAC, somente 09 (8%) são tombados pelo IPHAN, destacando-se os centros históricos de Lençóis, Mucugê e Rio de Contas.

De todos os bens apontados, 79% foram construídos principalmente no final do século XIX; 11% no início do século XX e 10% no século XVIII. Quanto às condições dos imóveis, em relação à estrutura portante na época do levantamento, uma pequena maioria (54%) foi considerada satisfatória, enquanto o restante foram apontados como medíocre (39%) e ruim (7%); no interior, tal precariedade se acentua mais ainda, com somente 11% dos bens inventariados sendo indicados em estado adequados e o restante apresentando-se como medíocre (76%) ou ruim (13%) pelo Instituto; número que se repete no item de instalações e serviços, com 85% dos imóveis sendo identificados como medíocres ou ruins. Quando compara-se os dados do IPAC com a situação atual, percebe-se a manutenção do estado de preservação, com casos que apresentaram deterioração e outros que foram recuperados.

Gráfico 3.4.2. Grau de proteção indicado (%)



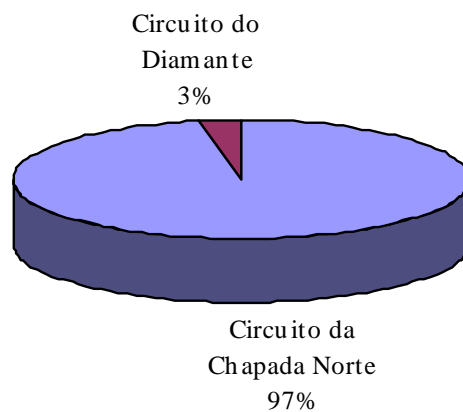
Fonte: IPAC, 2002

Como pode ser visto pelo quadro acima, o grau de preservação mais recomendado pelo órgão à época de realização do inventário foi o de número um, com 86%, indicando a necessidade de proteção direta, ou seja, monumentos que devem ser conservados integralmente. Assim, percebe-se a relevância dos bens históricos e culturais do Pólo Turístico Chapada Diamantina que, apesar disto, encontram-se, em muitos casos, em avançado estado de deterioração e sem uma legislação que os proteja do abandono e da decadência. Excetua-se, neste caso, os centros históricos de Lençóis e Rio de Contas que contaram com projetos de recuperação e valorização de seu patrimônio.

Tabela 3.4.2. Sítios arqueológicos no Pólo Turístico Chapada Diamantina

Município	No. de Municípios com Sítios Arqueológicos	No. de Sítios Arqueológicos nos Municípios	Tipo	Grau de Integridade
Circuito da Chapada Norte	3	32	Arte rupestre - 15 Cerâmico - 3 Lito-cerâmico - 3 Habitação - 1	25% a 75% - 4
Circuito do Diamante	1	1	Arte rupestre - 1	25% a 75% - 1
TOTAL	4	33	Arte rupestre - 16 Cerâmico - 3 Lito-cerâmico - 3 Habitação - 1	25% a 75% - 5

Fonte: IPHAN, 2002

Gráfico 3.4.3. Porcentagem de sítios arqueológicos nos Circuitos

Fonte: IPHAN, 2002

Em relação aos Sítios Arqueológicos pode-se perceber pela tabela acima que dos 28 municípios pertencentes ao Pólo Turístico Chapada Diamantina, somente 04 (14%) apresentam sítios catalogados pelo IPHAN. Nota-se também que dos três circuitos existentes na área objeto de estudo, somente o Circuito Chapada Norte possui 97% dos sítios encontrados na Chapada Diamantina.

Do total de sítios, 70% estão relacionados à arte rupestre que são, em geral, pinturas situadas em formações rochosas e 26% identificam-se com resquícios de cerâmica. Dos que apresentaram uma avaliação do grau de integridade todos o apresentam entre 25% e 75%, ou seja, médio a elevado.

Por fim, avaliando-se o Pólo Turístico Chapada Diamantina em relação ao patrimônio histórico e cultural é possível compreender que a região como um todo se complementa, formando um pólo consistente e diversificado, com atrativos histórico-culturais que podem abranger tanto a demanda local quanto a internacional.

3.4.1.1.1. Circuito Chapada Norte

Segundo o IPAC (2002), o desbravamento da região do Circuito Chapada Norte ocorreu em meados do século XVII quando em 1658, foram distribuídas terras em Jacobina, onde se instalaram currais de gado dos D'Ávila, proprietários da Casa da Torre. Nos últimos anos daquele mesmo século, foi descoberto ouro em Jacobina, mas sua exploração foi proibida pelo governo de D. Rodrigo da Costa (1702-1705). Para controlar a mineração clandestina e as desordens, foi fundada, em 1722, na missão franciscana de Sahy, a Vila de Jacobina, transferida em 1724, para o arraial de Bom Jesus. Em 1732 foram encontrados, também em Jacobina, diversos diamantes, mas como a exploração destas pedras estava proibida, sua descoberta foi ocultada ao público. Sua lavra só se iniciaria um século mais tarde, quando foi liberada sua mineração. Os preços internacionais elevados do algodão e o excedente de força de trabalho, atraído pela mineração, criaram uma conjuntura favorável ao cultivo do algodão em Jacobina, ainda no século XVIII. Os municípios que atualmente integram a região se originam dos antigos termos das vilas de Cachoeira e Jacobina, notando-se que tais desmembramentos se deram a partir do século XIX²¹.

Tabela 3.4.3. Patrimônio histórico do Circuito Chapada Norte

Município	Monumento	Época	Condições Físicas			Estado Atual	Grau de Proteção Recomendada
			Estrutura Portante	Interior	Instalações e Serviços		
Jacobina	Capela Bom Jesus da Glória*	XVIII I	A	A	A	C	1
	Igreja da Conceição*	XVIII M	A	B	B	-	1
	Matriz S. Antônio da Jacobina	XVIII M	A	B	B	B	2
	Casa Paroquial de Jacobina	XIX F	A	B	B	-	1
	Casa à Praça Castro Alves 61	XIX I	A	B	B	-	1
	Igreja S. Miguel das Figuras	XVIII M	C	C	B	C	1
	Capela de São Vicente Ferrer	XIX F	A	B	B	-	1
	Casa da Fazenda Medeiro	XX I	A	B	B	-	1
Utinga	Casa F. Cachoeira de Utinga	XIX F	B	B	B	-	2
	Engenho Cachoeira de Utinga	XIX F	B	B	B	-	1
TOTAL	10	XVIII - 4	A - 7	A - 1	A - 1	B - 1	Um - 8
		XIX - 5	B - 2	B - 8	B - 9	C - 2	Dois - 2
		XX - 1	C - 1	C - 1			

Fonte: IPAC, 2002

Dos 11 municípios pertencentes ao Circuito Chapada Norte, somente 02 (18%) foram identificados como possuindo um patrimônio histórico e cultural de significativa importância. Nestes, foram levantados 10 (dez) bens históricos e culturais, dos quais somente 02 (20%) são tombados pelo IPHAN. De todos os bens apontados, 50% foram construídos principalmente no final do século XIX; 40% no século XVIII e somente 10% no início do século XX. Quanto às condições dos imóveis, em relação à estrutura portante na época do levantamento, a maioria (70%) foi considerada satisfatória; no interior, entretanto, 80% foram indicados em estado de preservação medíocre pelo Instituto; número que se repete no item de instalações e serviços (90%). Quando compara-se os dados do IPAC com a situação atual, percebe-se uma piora no estado de preservação, notadamente na Igreja de São Miguel das Figuras que está num evidente processo de deterioração.

²¹ Op cit. 2002.

Por fim, o grau de preservação mais recomendado pelo órgão à época de realização do inventário foi o de número um (80%), que indica proteção direta, ou seja, monumentos que devem ser conservados integralmente.

Tabela 3.4.4. Sítios arqueológicos no Circuito Chapada Norte

Município	Nome do Sítio	Tipo	Grau de Integridade	Uso Atual	Propriedade
Campo Formoso	Caldeirão	Lito-cerâmico	-	Plantio	Privada
	Carrasco	Lito-cerâmico	-	Plantio	Privada
	Jurubeba	Cerâmico	-	Plantio	Privada
	Zacarias	Lito-cerâmico	-	Plantio	Privada
Morro do Chapéu	Abrigo Cachoeira do Regato	Arte rupestre	-	-	-
	Abrigo Estrada/Morro Chapéu	Arte rupestre	-	-	-
	Abrigo da Pedreira da Lage	Arte rupestre	-	-	-
	Abrigo do Manelão	Arte rupestre	-	-	-
	Boqueirão do Brejo	Arte rupestre	-	-	-
	Encontro dos Rios	Arte rupestre	-	-	-
	Fazenda Sonhém	Habitação	-	-	-
	Fei da Serra	-	-	-	-
	Jaboticaba	Arte rupestre	-	-	-
	Lagoa da Onça	Cerâmico	-	-	-
	Lagoa Nova I	-	-	-	-
	Lagoa Nova II	-	-	-	-
	Maria Vermelha	-	-	-	-
	Rio Preto	Cerâmico	-	-	-
	Santa Úrsula	-	-	-	-
	Serra da Lagoa Velha	-	-	-	-
	Serra das Lages I	Arte rupestre	-	-	-
	Serra das Lages II	Arte rupestre	-	-	-
	Serra das Lages III	Arte rupestre	-	-	-
	Sítio do Poço da Quarana	Arte rupestre	-	-	-
	Toca da Lagoa da Velha	Arte rupestre	25% a 75%	-	-
	Toca da Serra Nua	Arte rupestre	25% a 75%	-	-
	Toca das Corças	Arte rupestre	25% a 75%	-	-
	Toca do Pintado	Arte rupestre	-	-	-
Piritiba	Boca da Mata I	-	-	-	-
	Boca da Mata II	-	-	-	-
	Roça do Gabriel	-	-	-	-
	Sítio	-	-	-	-
TOTAL	32	Arte rupestre - 15 Cerâmico - 3 Lito-cerâmico - 3 Habitação - 1	25% a 75% - 4	-	-

Fonte: IPHAN, 2002

Do patrimônio avaliado no Circuito Chapada Norte ganha destaque os Sítios Arqueológicos, existentes principalmente no município de Morro de Chapéu, que conta com 24 Sítios Arqueológicos catalogados no IPHAN (IPHAN, 2002) dos 32 existentes no circuito. Do total de sítios, 15 (47%) estão relacionados à arte rupestre-

tre que são, em geral, pinturas situadas em formações rochosas e 09 (28%) identificam-se com resquícios de cerâmica. Dos que apresentaram uma avaliação do grau de integridade todos o apresentam entre 25% e 75%, ou seja, médio a elevado. Em geral, os sítios situam-se em propriedades privadas que desenvolvem atividades agrícolas nas proximidades das áreas arqueológicas.

Em relação ao fluxo atual de visitantes, quando em visita a campo identificou-se que apenas o Sítio Arqueológico da Pedra da Figura, em Utinga, apresenta um volume considerado elevado para os padrões existentes nos atrativos turísticos da Chapada Diamantina. De fato, a grande maioria do patrimônio histórico e cultural recebe um volume baixo de turistas, destacando-se a Igreja de São Miguel das Figuras em Jacobina, que quase não recebe visitantes. Tal fato decorre, sobretudo, pela dificuldade de acesso aos atrativos – porque a estrada está em condições precárias e/ou pela distância, o que acaba inviabilizando um fluxo maior de turistas.

Apesar de receberem um baixo volume de visitantes, uma parte significativa dos bens históricos e culturais do Circuito Chapada Norte tem despertado o interesse de visitantes nacionais e estrangeiros, embora ainda não se tenham registros quantitativos. Dentre estes destacam-se, novamente, os Sítios Arqueológicos que são, de fato, o grande diferencial em termos de potencial de atratividade histórico-cultural para a região.

Vale lembrar que até o momento não foram realizados nenhum projeto e/ou programa de manutenção ou restauro das áreas identificadas que, desta forma, não contam com uma estrutura de atendimento e já sofrem problemas de deterioração relacionados com a própria ação do tempo bem como com a forma de uso, dentre elas o turismo. Neste sentido, urge a necessidade de intervenção visando estruturar os atrativos diferenciais para a recepção de visitantes, com a instalação de infra-estrutura específica como trilhas, a sinalização turística e a educação ambiental, dentre outras.

3.4.1.1.2. Circuito do Diamante

A ocupação humana no Circuito do Diamante remonta ao início do período colonial, sendo a área integrante primitivamente da grande propriedade do Sargento-mor Francisco José da Rocha Medrado, que ali desenvolveu a criação de gado.

ção de gado.

Em 1818, Spix & Martius verificaram a possibilidade de ocorrência de diamantes na Serra do Sincorá, mas só em 1844, com uma descoberta casual, iniciou-se a lavra de diamantes no sítio de Mucugê. Naquele ano José Pereira do Prado, residente na Fazenda Cascavel, viajando pelas matas de Andaraí deparou com um córrego que deságua no Rio Combucas. Identificou, de imediato, os mesmos cascalhos que conhecia na Chapada Velha (atual Brotas de Macaúbas) e, recolheu, na mesma oportunidade, dois diamantes. Organizou, então, uma expedição de quatorze homens que retornou ao local em 26 de julho de 1844, para iniciar a lavra dos diamantes. Um de seus auxiliares, Pedro Antônio da Cruz, apelidado de Pedro Ferreiro, ao vender diamantes na Chapada Velha foi acusado de roubo e confessou a origem das pedras, o que provocou uma grande corrida de garimpeiros

para o local, surgindo, assim, o Povoado de S. João do Paraguaçu, conhecido posteriormente como Mucugê.

Assim, com a descoberta de “faisqueiras” e a partir deste núcleo inicial, seguindo o curso dos rios, expandiu-se rapidamente a mineração na região. Em 1845, são descobertos os ricos garimpos do Rio Lençóis, que despertaram imediatamente o interesse dos compradores de diamantes, instalados em Mucugê. Deslocaram-se para ali garimpeiros, vindos das lavras já em decadência de Minas Gerais, como: Tijuco e o Grão Mogol e da Bahia, como: Jacobina, Rio de Contas e Chapada Velha. Com estes, chegaram também comerciantes da Capital e senhores de engenho do Recôncavo, com seus escravos. A região floresceu até 1871 quando, com a descoberta de diamantes na África do Sul (1865), a cidade começou a decair levando à emigração dos garimpeiros para as faisqueiras de Salobro (Canavieiras)²².

Como testemunhas deste rápido período de elevado crescimento, existem na área, ainda, diversos monumentos históricos e culturais, destacando-se os situados nos municípios de Andaraí, Lençóis e Mucugê.

Tabela 3.4.5. Patrimônio histórico do Circuito do Diamante

Município	Monumento	Época	Condições			Estado Atual	Grau de Proteção Recomendado
			Estrutura Portante	Interior	Instalações e Serviços		
Andaraí	Cemitério da Piedade	XIX M	A	B	C	B	1
	Ig Matriz de N. Sra. do Rosário	XIX F	A	C	C	B	2
	Casa Pç. Aureliano Gondim 15	XIX F	A	B	C	C	1
	Sobrado à R. Joaquim Spínola	XX I	A	B	C	C	1
	Casa à Pç. Raul Dantas 9	XIX F	A	B	C	-	1
	Casa à Pç. Raul Dantas 4	XIX F	A	B	B	-	1
	Prefeitura Municipal	XIX F	A	B	B	-	1
	Casa à Pç. Aureliano Gondim	XX I	B	B	C	-	1
	Casa na Vila Rigoletto	XIX F	A	B	B	-	1
	Capela de São Sebastião	XIX M	B	B	C	A	1
	Loca do Bambulim	XIX M	-	-	-	-	1
	Loca do Bairro de Luís Santos	XIX M	-	-	-	-	1
Lençóis	Ig. Matriz N. Sra. do Rosário	XIX M	B	C	B	-	2
	Mercado Público Municipal	XIX F	A	B	C	B	1
	Ponte Sobre o Rio Lençóis	XIX M	-	-	-	-	1
	Casa à Rua Urbano Duarte 454	XX I	B	B	B	-	1
	Casa à Rua 7 de Setembro 880	XIX F	A	B	B	-	1
	Casas Populares Urbanas	XIX M	B	B	C	B	1
	Venda Popular	XIX F	B	C	B	B	1
	Casa à Rua dos Mineiros 817	XIX F	B	B	B	-	1
	Chalé à Av. Rui Barbosa	XIX F	B	B	B	-	1
	Prefeitura Municipal	XIX F	A	B	A	A	1
	Casa à Rua Miguel Calmon 315	XX I	A	B	B	-	1
	Ed. à Pç. Horácio de Matos 850	XIX F	B	B	B	-	1
	Ed. à Pç. Horácio de Matos 855	XIX F	A	B	B	-	2
	Ed. à Pç. Horácio de Matos 854	XIX F	B	B	C	-	1

Fonte: IPAC, 2002

²² IPAC. *Inventário Cultural do Patrimônio Cultural da Bahia*. CD-Rom. 2002.

Tabela 3.4.5. Patrimônio histórico do Circuito do Diamante - Continuação

Município	Monumento	Época	Condições			Estado Atual	Grau de Proteção Recomendado
			Estrutura Portante	Interior	Instalações e Serviços		
Lençóis	Ed. à Pç. Horácio de Matos 855	XIX F	A	B	B	-	2
	Ed. à Pç. Horácio de Matos 854	XIX F	B	B	C	-	2
	Sobrado R. 7 de Setembro s/n	XIX F	A	B	C	A	1
	Ed. à Pç. Horácio de Matos 849	XIX F	B	B	B	-	1
	Ed. Pç. Maestro C. Pacheco s/nº	XIX F	B	B	C	-	1
	Ed. à Pç. Horácio de Matos 852	XIX F	B	B	B	B	1
	Sobrado à Av. Rui Barbosa 827	XIX F	A	B	B	-	1
	Ed. à Rua Perilo Benjamin 166	XIX F	A	B	A	-	1
	Ex Vice Consulado da França	XIX F	A	B	B	A	2
	Casa à Rua Silva Jardim 791	XXI	B	B	B	-	1
	Casa da Lapidiação	XIX F	A	A	B	-	1
Casa de Horácio de Matos	XXI	A	B	B	-	1	
Mucugê	Igreja Matriz de Santa Isabel	XIX M	A	B	C	B	1
	Cemitério de Santa Isabel	XIX F	-	-	-	A	1
	Casa na Pç. Cel. Propércio 87	XIX F	A	B	C	B	1
	Prefeitura Municipal	XIX F	A	B	B	-	1
	Casa à Rua Rodrigues Lima, 57	XIX F	B	B	C	-	1
	Ed. à Praça Cel. Propércio 80	XIX M	B	B	C	B	1
	Casa Rua Direita Comércio 138	XIX F	A	B	C	-	1
	Casa Rua Direita Comércio 140	XIX F	A	B	A	-	1
	Casa à Pç. Cel. Propércio 92	XIX F	A	B	A	B	1
	Casa à R. Rodrigues Lima 30	XIX F	B	B	C	A	1
	Ed. R. Direita do Comércio 104	XIX F	C	C	C	-	1
	Centro Cultural	XIX F	A	B	C	A	1
	Casa da Fazenda Mirantes	XXI	A	B	A	-	1
Casa da Fazenda Casquilho	XIX F	B	B	C	-	1	
Palmeiras	A Chácara	XIX F	B	B	B	-	1
	Casa de Joaquim G. Pinto	XXI	B	A	B	-	1
	Casa da Fazenda Poço	XIX F	A	B	C	-	1
Seabra	Igreja de N. Sra. da Conceição	XIX M	A	A	B	B	2
Município	Monumento	Época	Condições Físicas			Estado Atual	Grau de Proteção Recomendado
			Conjunto Arquitetônico	Espaços Livres	Edifícios Relevantes		
Andaraí	Centro Histórico de Igatu	XVIII e XIX	C	A	-	C	1
Lençóis	Comercial Vila de Lençóis*	XIX	B	A	B	B	1
Mucugê	Centro Histórico de Mucugê*	XIX	B	C	B	C	1
TOTAL	58	XVIII - 1	A - 29	A - 5	A - 5	A - 7	Um - 51
		XIX - 48	B - 22	B - 43	B - 25	B - 12	Dois - 7
		XX - 9	C - 2	C - 5	C - 22	C - 4	

Na área do Circuito do Diamante, 05 (56%) dos 09 municípios que o compõe apresentam um patrimônio histórico e cultural de importância significativa. Do total de 58 bens históricos e culturais identificados pelo IPAC, somente 02 (3,5%) são tombados pelo IPHAN, os centros históricos de Lençóis e Mucugê. Estes dois municípios, ainda, contêm 38 do total de 58 monumentos históricos e culturais, ou seja, 65%.

De todos os bens apontados a grande maioria (83% ou 48) foram construídos durante o século XIX; sendo o restante do início do século XX. Quanto às condições dos imóveis, em relação à estrutura portante na época do levantamento, 55% foi considerada satisfatória e 41% medíocres; no interior, entretanto, a grande maioria 81% foram indicados em estado de preservação medíocre pelo Instituto; valor que apresenta uma piora no item de instalações e serviços, com 48% sendo avaliados como medíocres e 42% como ruins. Comparando-se os dados do IPAC com a situação atual percebe-se que em alguns casos houve a deterioração no estado de preservação, como o ocorrido com a casa situada à Pça. Coronel Propérsio, em Mucugê; em outros manteve-se, e na maioria identificou-se uma melhoria, sobretudo nos citados em Lençóis. Tal fato ocorreu devido, entre outras coisas, à priorização da atividade turística no município o que acarretou em investimentos públicos e privados na preservação dos monumentos ainda existentes como, por exemplo, os decorrentes do Programa Monumenta/BID (maiores detalhes no sub-item 3.3.4.2. Projetos e Programas).

Tabela 3.4.6. Sítios arqueológicos no Circuito do Diamante

Município	Nome do Sítio	Tipo	Grau de Integridade	Uso Atual	Propriedade
Andaraí	Pictóglifos da Fazenda Roncador	Arte rupestre	25% a 75%	Criação de Animais	Privada

Fonte: IPHAN, 2002

Em relação aos Sítios Arqueológicos existentes no Circuito do Diamante, só identificou-se, segundo o IPHAN (2002), 01 no município de Andaraí. Tal sítio está relacionado à arte rupestre, apresentando um grau de integridade entre 25% e 75%, ou seja, médio a elevado. Neste caso, situa-se numa propriedade privada que desenvolvem atividades de criação de animais nas cercanias da área arqueológica.

Quanto ao fluxo atual de visitantes quando em visita a campo identificou-se que grande parte dos bens históricos e culturais situados na região do Circuito do Diamante apresenta um volume considerado elevado para os padrões existentes nos atrativos turísticos da Chapada Diamantina. Tal fato decorre, sobretudo, pela localização e pela facilidade de acesso aos atrativos pois ou estão situados na área urbana municipal – caso de Lençóis e Mucugê, ou próximo a ela – caso de Xique-Xique do Igatu, o que acaba facilitando um fluxo maior de visitantes. Ao mesmo tempo, levantou-se que uma grande maioria dos bens avaliados têm um fluxo de turistas internacionais. Novamente, ressaltam-se os Conjuntos Arquitetônicos e Paisagísticos – incluído aqui Xique-Xique do Igatu, que são de fato o grande diferencial em termos de atratividade histórico-cultural para a área objeto de estudo. Esta é, aliás, a área que mais recebe visitantes da Chapada Diamantina, pois além de suas características singulares possui uma excelente estrutura de atendimento, contando com equipamentos de hospedagem, de alimentação e de serviços ao turista em geral – como guias, informações, etc.

Em relação à implantação de projetos e/ou programas de manutenção ou restauro nas áreas identificadas, somente o Conjunto Urbano e Paisagístico de Lençóis teve um cuidado mais sistemático e permanente por parte do governo estadual. Desta forma, parte significativa de seu patrimônio encontra-se recuperado, sendo

um grande diferencial turístico e de qualidade de vida para o município. Neste sentido, vale ressaltar que tal projeto, apesar de ter como foco principal aumentar a atratividade turística do “portão de entrada” da Chapada Diamantina, acaba trazendo grandes benefícios à comunidade local, com a valorização de sua história e cultura e, conseqüentemente, recuperando o orgulho de seu passado.

3.4.1.1.3. Circuito do Ouro

Embora a região do Circuito do Ouro só tivesse sido ocupada como advento do ciclo da mineração, sua encosta, entre as nascentes dos rios de Contas e Paraguaçu, já havia sido doada por particulares no final do século XVII.

Na segunda década do século XVIII, o bandeirante Sebastião Raposo descobriu ouro nas nascentes do Rio Brumado formando-se assim a Aldeia de Mato Grosso. Rio abaixo, os mesmos paulistas descobriram mais ouro no sítio da atual Cidade de Livramento, onde, surgiu uma povoação que, em 1724, se transformaria na Vila de Nossa Senhora do Livramento de Minas do Rio de Contas, transferida, vinte anos mais tarde para um novo local. Nos últimos anos do século XVIII, suas ricas jazidas de ouro se esgotavam. A descoberta, em 1844, de diamantes, na vertente oriental, deu novo impulso à região, fazendo surgir outras povoações. No final do século XIX a decadência se abate sobre a zona, situação que persiste até hoje. A maioria dos municípios deste circuito tem sua origem no termo da antiga Vila de N. Sra. do Livramento de Minas do Rio de Contas. Um pequeno número de municípios origina-se, porém, da antiga Freguesia de Urubu de Cima, desmembrada de Jacobina, em 1746²³.

Tabela 3.4.7. Patrimônio histórico do Circuito do Ouro

Município	Monumento	Época	Condições			Estado Atual	Grau de Proteção Recomendado
			Estrutura Portante	Interior	Instalações e Serviços		
Abáira	Ig. de N. Sra. do Bom Sucesso	XVIII F	B	B	C	A	1
	Igreja de N. Sra. da Saúde	XIX M	B	B	C	C	1
Jussiape	Casa à Pç. Rodrigo A. Teixeira	XIX M	A	B	A	-	1
	Hotel Bonfim	XIX F	A	B	B	B	1
Livramento de Nossa Senhora	Casa do Sobradinho	XIX F	A	B	B	-	1
	Sobrado à Pç. da Bandeira 173	XIX M	A	B	A	-	2
	Sobrado à Rua do Areião 22	XIX F	A	B	C	-	1
	Açouguinto	XIX M	B	C	C	-	1
	Prefeitura Municipal	XIX M	A	B	B	-	1
	Casa à Rua do Fogo 19	XIX F	A	B	C	-	1
	Casa à Pç. da Bandeira 114	XIX M	A	A	A	-	1
	Capela de São Gonçalo	XIX I	B	B	C	-	2
	Casa da Fazenda Recreio	XIX M	A	A	B	B	1
	Casa da Lagoa	XIX M	B	B	C	-	1
	Casa da Fazenda Coqueiros	XIX M	B	B	C	-	1
	Casa da Fazenda Casa Grande	XIX M	B	B	C	-	1
	Casa do Barão	XIX M	B	B	C	-	1
	Casa de Antônio Gomes	XIX M	B	B	C	-	1

²³ IPAC. Inventário Cultural do Patrimônio Cultural da Bahia. CD-Rom. 2002.

Tabela 3.4.7. Patrimônio histórico do Circuito do Ouro - Continuação

Município	Monumento	Época	Condições			Estado Atual	Grau de Proteção Recomendado
			Estrutura Portante	Interior	Instalações e Serviços		
Paramirim	Sobrado Pç. Santo Antonio 74	XIX F	A	B	C	-	1
	Prefeitura Municipal	XIX F	A	B	B	-	2
Piatã	Igreja Matriz do Bom Jesus	XVIII I	A	B	C	B	1
	Capela de N. Sra. do Rosário	XVIII M	A	A	C	-	1
	Fazenda Curral de Varas	XIX F	B	B	C	-	2
Rio de Contas	Ig. Matriz do SS. Sacramento*	XVIII F	A	B	B	A	1
	Igreja de Sra. Santana*	XIX M	B	B	C	B	1
	Casa de Abílio César Borges*	XIX I	A	A	A	A	1
	Casa R. Barão de Macaúbas 57	XIX M	A	B	B	A	1
	Casa de Câmara e Cadeia*	XIX I	A	A	B	A	1
	Mercado Público Municipal	XX I	A	B	C	-	1
	Teatro São Carlos	XIX F	A	B	C	A	1
	Prefeitura Municipal	XIX F	A	B	B	A	1
	Casa à R. Barão Rio Branco, 40	XIX F	A	A	B	-	1
	Casa à Rua Silva Jardim 82	XX I	A	B	C	-	1
	Casa à R. B. do Rio Branco 12	XIX F	A	B	B	A	1
	Casa à Rua B. de Macaúbas 138	XIX F	A	B	C	-	1
	Sobrado R. 15 de Novembro 3	XIX I	A	B	B	-	1
	Sobrado R. 15 de Novembro 4	XIX I	B	B	C	-	1
	Ed. Rua Barão de Macaúbas 6	XIX I	B	B	C	A	1
	Casa à Praça Sen. Tanajura 37	XIX M	B	B	B	-	1
	Casa Rua 15 de Novembro 90	XVIII M	A	B	C	-	1
	Correios e Telégrafos	XIX F	B	B	B	A	2
	Igreja de Santo Antônio	XVIII I	B	C	C	B	2
	Casa da Fazenda Laranjeiras	XIX I	B	B	C	-	1
	Casa da Fazenda Gameleira	XIX I	B	C	C	-	2
	Pouso da Gameleira	XIX F	B	B	C	C	1
	Município	Monumento	Época	Condições Físicas			Estado Atual
			Conjunto Arquitetônico	Espaços Livres	Edifícios Relevantes		
Rio de Contas	Centro Histórico*	XVIII e XIX	B	B	A	B	1
TOTAL	46	XVIII - 6	A - 26	A - 7	A - 5	A - 10	Um - 39
		XIX - 37	B - 20	B - 36	B - 14	B - 6	Dois - 7
		XX - 3		C - 3	C - 27	C - 2	

Fonte: IPAC, 2002

No Circuito do Ouro, 05 (62%) dos 08 municípios que o formam apresentam um patrimônio histórico e cultural de importância significativa, perfazendo um total de 46 bens históricos e/ou culturais. Destaca-se dentre os municípios da área objeto de estudo, o de Rio de Contas que, sozinho, possui 23 (50%) da oferta de bens históricos da região.

De todos os bens apontados, 80% foram construídos durante o século XIX e 13% no século XVIII. Quanto às condições dos imóveis, em relação à estrutura portante na época do levantamento, uma pequena maioria (56%) foi considerada satisfatória, sendo o restante (44%) apontados como medíocres; no interior, parcela significativa (76%) foram indicados em estado de preservação medíocre pelo Instituto; número que piora no item de instalações e serviços com 14 (30%) sendo indi-

cados como medíocres e 27 (59%) como ruins. Quando compara-se os dados do IPAC com a situação atual, percebe-se uma melhora geral no estado de preservação, principalmente naqueles situados em Rio de Contas como, por exemplo, o edifício do Teatro São Carlos.

Quanto ao grau de preservação apontado pelo órgão à época de realização do inventário, 85% foram indicados com o de número um, que recomenda proteção direta, ou seja, monumentos que devem ser conservados integralmente.

Em relação ao fluxo atual de visitantes, grande parte dos bens históricos e culturais situados na região do Circuito do Ouro apresenta um volume considerado elevado para os padrões existentes nos atrativos turísticos da Chapada Diamantina - note-se que todos estes encontram-se em Rio de Contas. Tal fato decorre pela localização e pela facilidade de acesso aos atrativos pois ou estão situados na área urbana municipal ou próximo a ela, o que acaba facilitando um fluxo maior de turistas.

Segundo o IPHAN (2002), não foram encontrados sítios arqueológicos na região do Circuito do Ouro.

Em relação ao tipo de visitante do patrimônio histórico e cultural do Circuito do Ouro, quando da visita em campo identificou-se que grande parte dos bens avaliados tem um fluxo de turistas internacionais, ainda que avaliado de forma não científica. Assim, ressalta-se novamente o município de Rio de Contas compreendendo-se, entretanto, que o conjunto regional perfaz um grande diferencial em termos de atratividade histórico-cultural para a área objeto de estudo.

Por fim, quanto à implantação de projetos e/ou programas de manutenção ou restauro nas áreas identificadas, destacam-se os já realizados em Rio de Contas que tiveram participação do governo federal, do estadual, do poder público municipal e da iniciativa privada. Desta forma, uma parte de seu patrimônio encontra-se recuperado, transformando a cidade num diferencial turístico de qualidade que proporciona a melhoria da qualidade de vida da população local através da valorização de sua história e cultura.

3.4.2. Projetos e Programas

Como já dito no decorrer deste capítulo, no Pólo Turístico Chapada Diamantina como programa implantado se destaca o Programa Monumenta, numa parceria entre União, Governo Estadual e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que visa a recuperação sustentável do patrimônio histórico urbano sob tutela federal e que na área objeto de estudo está restrito ao Centro Histórico de Lençóis.

Neste sentido, vale destacar-se que recentemente (27/06/2002) foi assinada mais uma etapa do programa que destina recursos para obras de restauração em Len-

çóis. Além da intervenção física, segundo Gonçalves²⁴, haverá recursos financeiros para serem aplicados na realização de inventários de bens móveis e imóveis, fortalecimento institucional, promoção econômica, cultural e artística, treinamento de agentes locais de cultura e turismo e programas educativos. Especificamente para Lençóis prevê-se a inversão de R\$ 2,5 milhões nos próximos 3 anos, sendo R\$760 mil para o restauro do Mercado Municipal – que vai abrigar serviços receptivos, da ponte sobre o Rio Lençóis e do prédio da prefeitura – que abrigará o Museu do Coronelato e o Museu das Pedras. O restante serão alocados para: (i) restauro de outros logradouros públicos (R\$ 550 mil); (ii) logradouros privados (R\$757 mil); (iii) projetos em geral (R\$ 250 mil); (iv) fortalecimento institucional (R\$ 31 mil); (v) promoção econômica, cultural e turística, com o estudo de viabilidade de um centro de convenções (R\$ 81 mil); (vi) o treinamento de agentes locais de cultura e turismo (R\$ 31 mil); e (vii) programas educativos (R\$ 31 mil).²⁵

É necessário ressaltar-se que o Programa Monumenta entende que a aplicação de recursos na recuperação de sítios históricos e conjuntos urbanos deve ser permeada por medidas econômicas, institucionais e educativas almejando, desta forma, a ampliação do retorno econômico e social dos investimentos do Programa, aplicando-os em sua conservação permanente e sustentável.

3.4.3. Conclusão

O desenvolvimento do turismo no Pólo Turístico Chapada Diamantina está ligado à sustentabilidade do meio no qual se desenvolve, compreendendo que para a atividade turística continuar crescendo na região necessitar-se-á de um planejamento que proteja a viabilidade a longo prazo, e a qualidade dos recursos que os viajantes vêm conhecer. Assim, manter os recursos, sua produtividade e biodiversidade e evitar mudanças irreversíveis ao meio ambiente e, ao mesmo tempo, assegurar ações dentro e entre gerações, são chaves para o desenvolvimento sustentável na área objeto de estudo.

Salienta-se que está implícito no conceito de sustentabilidade a noção da proteção dos recursos sócio-culturais, marginalizados na terminologia habitual de recursos, produtividade, biodiversidade e mudanças ambientais, estes são entretanto, elementos essenciais para o desenvolvimento equilibrado de atividades econômicas.

Neste sentido, Parker²⁶ observa que o turismo baseado em elementos culturais possibilita a geração de emprego e a equidade social, valorização da cultura receptora e a preservação ambiental, bem como provem a oportunidade de refletir o orgulho das comunidades em sua cultura podendo, ainda, ser um elemento de peso na economia local. Entretanto deve levar em conta a necessidade da determinação da capacidade de carga, para que este crescimento seja adequado às possibilidades de recepção existentes.

²⁴ Informações disponíveis em: <http://www.agecomba.gov.br>. Acesso em: 24/06/2002

²⁵ MINC/ Monumenta BID. *Projeto Lençóis/BA: Resumo do Perfil do Projeto*. Abril de 2002. Pg. 42.

²⁶ PARKER, Barry. *Developing Aboriginal Tourism - Opportunities and Threats*. Tourism Management, Outubro de 1993, Pg. 400-404.

As recomendações para tratamento dos problemas identificados no patrimônio histórico e cultural foram fundamentadas na avaliação da evolução do tratamento do tema. Esta, por sua vez, foi baseada em pesquisas de fontes secundárias (IPHAN, IPAC etc.), primárias (visita aos locais e entrevistas com agentes da região) e em reuniões com as comunidades. Para melhor compreensão foram divididas por Circuito (Chapada Norte, Diamante e Ouro) e em recomendações gerais, entendendo esta última como pertinentes à toda a região. São as seguintes:

✓ **Circuito Chapada Norte**

- Estruturação dos Sítios Arqueológicos, preparando-os para a visitação turística;
- Implantação de infra-estrutura básica – acesso, saneamento e energia, na Vila Ventura;
- Criação de um Centro de Monumentação e Memória Regional; e

✓ **Circuito do Diamante**

- Recuperação do Patrimônio Histórico e Cultural, entendendo que uma parte já se encontra realizada necessitando, entretanto, do término do projeto, principalmente em Lençóis, Andaraí, Mucugê e Palmeiras;
- Implantação de infra-estrutura básica – principalmente abastecimento e saneamento no centro urbano de Mucugê, Andaraí e da Vila de Igatu; e
- Incentivos à preservação do Patrimônio Histórico e Cultural.

✓ **Circuito do Ouro**

- Recuperação do Patrimônio Histórico e Cultural, principalmente em Rio de Contas, que já possui uma parte recuperada mas necessita de sua ampliação; e
- Propaganda e marketing dos atrativos histórico-culturais regionais.

✓ **Gerais**

- Fortalecimento institucional do IPAC e das secretarias municipais, para que consigam gerir o desenvolvimento do turismo em áreas de patrimônio histórico e cultural;
- Capacitação e qualificação dos prestadores de serviços turísticos e dos gestores municipais, visando prepará-los para o turismo histórico-cultural; e
- Pavimentação ou melhoria dos acessos aos atrativos distantes dos centros urbanos;
- Inventário e avaliação do Patrimônio Histórico e Cultural não tombado, visando compreender sua importância para ações de recuperação;
- Manutenção dos Conjuntos Arquitetônicos e Paisagísticos já definidos pelo IPAC como significativos, determinando sua capacidade de carga e formas adequadas de manejo de turismo em centros históricos; e
- Recuperação e estabilização do Patrimônio Histórico da Chapada Diamantina.